



ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

Ata da 162ª Sessão Ordinária  
Da Câmara Municipal de  
Nossa Senhora das Dores

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2023 (dois mil e vinte e três) às 19hs, teve lugar a presente Sessão Ordinária, em horário regimental, reuniram-se os Senhores Vereadores: **Presidente:** Fábio Rosa de Oliveira, **Vice-Presidente:** Antônio dos Reis Lima Neto, **Primeiro Secretário:** Hermerson Santos de Jesus, **Segundo Secretário:** Gilson Anastácio dos Santos, **Terceiro Secretário:** Evandro da Silva Santos, **demais Vereadores:** Reginaldo Santos Sá, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Fabrício Moreira Menezes(09). **Ausentes:** Márcio Leal de Araújo, Lucas de Carvalho Lima(02 Faltas justificada). Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Após lida e aprovada a Ata anterior passou-se a leitura das proposições: **INDICAÇÃO Nº 09/2023, de 17 de abril de 2023.** Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, O Vereador que a esta subscreve, requer que após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria competente, no sentido de drenar e pavimentar a rua do Povoado Sucupira, a começar da igreja até a residência do finado João de Portinho. Justificativa: Em Plenário. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Nossa Senhora das Dores - SE, em 17 de abril de 2023. **GILSON ANASTÁCIO DOS SANTOS** Vereador/Proponente. **INDICAÇÃO Nº 010/2023, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR.** Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal, O vereador que a este subscreve, requer, depois de ouvido o plenário desta Casa Legislativa, com a regular tramitação e aprovação, seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria competente a instalação de semáforos de trânsito no cruzamento das Ruas Edésio Vieira de Melo com a Benjamim Constant, próximo a panificação São José e o Bar do Atleta. Justificativa: Em Plenário. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Nossa Senhora das Dores - SE, em 17 de abril de 2023. **JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR** Vereador Proponente. **INDICAÇÃO Nº 011/2023, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR.** Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal, O vereador que a este subscreve, requer que após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, com a regular tramitação e aprovação, seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria competente, para reativar o poço artesiano que fica em frente a Escola Municipal Maria Vandete G. de Oliveira no Bairro Volta. Justificativa: Em Plenário. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Nossa Senhora das Dores - SE, em 17 de abril de 2023. **JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR** Vereador Proponente. **MOÇÃO DE APLAUSOS, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: José Augusto da Silva Júnior.** Senhor Presidente, Senhores Vereadores, O Vereador que subscreve, requer que após ouvido em Plenário desta Casa Legislativa Municipal, seja aprovada Moção de Aplausos, aos Senhores SIFU MARCELO RAMOS - Presidente da Federação Sergipana de Kung-Fu e Boxe Chinês, CLAUDENIR SANTOS GOUVEIA, FABIANO SANTOS ANDRADE e JEFERSON DOS SANTOS - Liga Garra de Águia, por representarem o nosso Estado e a nossa Cidade no 24º KUNG-FU FIGHT realizado em São Paulo-SP. Justificativa: Em Plenário. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

VEREADORES DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE, em 17 de abril de 2023. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR Vereador/Proponente. **PROJETO DE LEI N° 012/2023, de 18 de abril de 2023.** Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá providências correlatas. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, ESTADO DE SERGIPE, faço saber que a Câmara Municipal de NOSSA SENHORA DAS DORES/SE aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS** Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e, em conformidade com as normas estabelecidas na Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101/2000, a presente Lei fixa as Diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES, para o exercício de 2024, compreendendo: I – prioridades e metas da Administração Pública Municipal; II – estrutura e organização dos orçamentos; III – alterações decorrentes da execução orçamentária; IV – manutenção do equilíbrio das contas públicas; V – legislação tributária e renúncia de receita; VI – programação financeira e cronograma de desembolso; VII – obrigações constitucionais e legais; VIII – transferências de recursos; IX – execução de programas e convênios X – Transparência pública; XI – disposições finais. **CAPÍTULO II PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, atendidas as despesas legalmente vinculadas e as de manutenção, serão definidas a partir dos programas e ações constantes no Plano Plurianual do Município referente ao quadriênio 2021-2025, atendidas as seguintes prioridades: I – qualidade na prestação dos serviços públicos municipais; II – desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a juventude, com ênfase na cultura, lazer e práticas esportivas; III – manutenção e ampliação da infraestrutura urbana e rural; IV – ampliação e desenvolvimento das políticas do Sistema Única de Assistência Social; V – busca permanente pela qualidade da Educação Básica e a melhoria dos indicadores educacionais, garantindo o acesso e combatendo a evasão estudantil, na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de todos os estudantes; VI – fortalecimento da atenção primária à saúde, integrada à vigilância à saúde, visando à promoção do cuidado integral de forma humanizada. §1º. As prioridades elencadas acima terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. §2º. Os valores constantes nos Anexos desta Lei possuem caráter indicativo e não normativo, podendo, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, a estimativa de receita e a fixação de despesa serem modificadas em vista dos parâmetros utilizados na atual projeção sofrerem alterações conjunturais, devendo as metas fiscais serem ajustadas, ficando automaticamente revistas as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, em conformidade com os valores previstos e fixados na lei orçamentária de 2024. **CAPÍTULO III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS** Seção I Da Apresentação do Orçamento Art. 3º. A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo, além da mensagem, será composta de: I - texto do Projeto de Lei; II - quadros orçamentários consolidados; III - demais demonstrativos, relatórios e anexos estabelecidos pela legislação vigente, sobretudo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, relativos aos



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Art. 4º. O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social terá sua despesa discriminada por: I – Unidade Orçamentária; II – Função; III – Subfunção; IV – Programa; V – Projeto, Atividade ou Operação Especial; VI – Categoria de Despesa; VII – Grupo de Despesa; VIII – Modalidade de Aplicação; IX – Fonte de Recurso. § 1º. Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles definidos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações. § 2º. Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 163, de 04 de abril de 2001, e suas alterações. § 3º. Após a sanção da lei orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo publicarão o QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa, fazendo a discriminação da despesa até o nível de elemento de despesa ou, quando necessário, sub-elemento. Art. 5º. Os Fundos constituídos para cumprimento de programas específicos terão os recursos orçamentários vinculados à administração direta. Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, decorrentes de alteração na legislação, ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento de 2024 ao Poder Legislativo. Seção II Do Orçamento do Poder Legislativo Art. 7º. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido no art. 29-A da Constituição Federal. Art. 8º. A execução orçamentária e a contabilidade do Legislativo serão processadas de forma independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação das contas do Município. Art. 9º. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo, para fins de consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual, até o dia 15 de julho de 2023. Art. 10. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, serão repassados até o dia 20 de cada mês, em duodécimos. § 1º. É vedada a transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais. § 2º. O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do “caput” deste artigo deve ser restituído ao caixa do Poder Executivo até o final de fevereiro de 2025, ou terá seu valor deduzido na parcela de março de 2025. Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a compensar no duodécimo previsto no art. 10, os valores que forem descontados da cota do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, referentes aos encargos previdenciários correntes ou parcelados da Câmara Municipal. § 1º. Para proceder nos termos do “caput”, o Poder Executivo encaminhará ofício à Câmara Municipal informando o valor e a documentação comprobatória do montante a ser compensado. § 2º. O valor compensado deverá ser contabilizado como ANTECIPAÇÃO DE DUODÉCIMO em ambos os Poderes. Seção III Da Inclusão de Novos Projetos Art. 12. Além da observância das prioridades e metas previstas no Plano Plurianual - PPA 2022 – 2025, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente poderão incluir novos projetos se: I – estiver contemplado no PPA 2022 – 2025, ou



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

em lei que autorize sua inclusão, caso a sua execução abranja mais de um exercício financeiro; II – não implique em paralisação de projetos prioritários em execução. Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos ou se os recursos forem provenientes de convênios ou programas dos Governos Federal e/ou Estadual. **CAPÍTULO IV ALTERAÇÕES DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** Art. 13. Os créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na Lei Orçamentária Anual. Parágrafo único - Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei. Art. 14. Serão considerados como créditos adicionais especiais, nos termos do art. 41, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aqueles que incluírem novas ações ou novos elementos de despesas. §1º. Não se incluem no conceito do “caput”: a) a criação, por decreto adicional suplementar, em uma ação já autorizada, de elementos de despesa desde que na mesma categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação já existente. b) a inclusão, por decreto adicional suplementar, de novas ações ou novos elementos de despesas em ações já consignadas no orçamento, desde que sejam decorrentes de recursos de convênios, ou ainda, para adequar o orçamento aos programas cujos recursos sejam provenientes do Governo Federal e/ou Estadual, bem como, suas contrapartidas. c) a modificação ou inclusão, por decreto adicional suplementar, das fontes de recursos do orçamento em função de alteração destas promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. §2º. Os decretos adicionais suplementares realizados nos termos do parágrafo anterior não contarão para o limite de suplementação definido na Lei Orçamentária Anual de 2024. Art. 15. Fica facultado ao Poder Executivo a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias. §1º. A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento. §2º. Para efeitos desta Lei entende-se como: I – transposição, a realocação de recursos que ocorre entre ações, dentro da mesma unidade orçamentária, respeitada a mesma categoria, grupo e modalidade de aplicação; II – remanejamento, o deslocamento de créditos e dotações dentro de uma mesma ação, respeitada a mesma categoria, grupo e modalidade de aplicação; III – transferência, a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão, num mesmo programa de governo, mantendo-se o programa em funcionamento; Art. 16. Quando a abertura de crédito adicional especial implicar em alteração das metas e prioridades constantes dos quadros demonstrativos desta Lei e do Plano Plurianual - PPA 2022-2025, fica o Poder Executivo autorizado a fazer as readequações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada. **CAPÍTULO V MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS** Art. 17. A reserva de contingência, de que trata o inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101/2000, será fixada em no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta destinados a atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. § 1º. Entende-se por passivos contingentes a probabilidade de que eventos futuros



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

e incertos possam acarretar a perda e/ou desvalorização de ativos, bem como, o surgimento de novos passivos; contingentes; § 3º. Na hipótese da administração pública avaliar que não há probabilidade de riscos de passivos contingentes, os recursos destinados a Reserva de Contingência poderão ser destinados à cobertura de créditos suplementares e especiais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias. Art. 18. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, observará o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, considerando-se despesa irrelevante, para fins de aplicação do referido dispositivo: I – as despesas cujo valor não ultrapasse a 10% (dez por cento) receita corrente líquida apurada no último RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicado pelo município; II – as despesas decorrentes de obrigações legais ou constitucionais; III – as despesas com Saúde, Educação ou Assistência Social; IV – as despesas decorrentes de contratos ou convênios. Art. 19. A compensação de que trata o § 2º, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão de cada órgão ou entidade. Parágrafo único. O Poder Legislativo e o Executivo manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão. Art. 20. As despesas devem ser fixadas no montante de suas fontes de recursos. Art. 21. A Responsabilidade Fiscal definida nos art. 1º e seguintes da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser apurada sempre levando em consideração todo o período do mandato dos gestores. Art. 22. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II, do § 1º, do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2024, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras. § 1º. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional, legal, para execução de programas e/ou convênios cujos recursos sejam provenientes da União ou do Governo do Estado e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e aquelas que são consideradas como essenciais ao funcionamento da administração pública. § 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo. § 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira. § 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo. **CAPÍTULO VI**  
**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E RENÚNCIA DE RECEITA** Art. 23. O Poder Executivo Municipal, verificada a necessidade e conveniência da Administração, pode enviar à Câmara de Vereadores, antes do encerramento do exercício financeiro, Projetos de Lei dispendo sobre alterações na Legislação Tributária do Município, especialmente quanto a: I – revisão de alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; II – atualização da base de cálculo dos imóveis urbanos, de modo a tornar mais justa a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

(cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), no Poder Executivo e Legislativo, respectivamente, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes: I – situações de emergência ou calamidade pública; II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens; III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível em situações momentâneas. Art. 33. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. Art. 34. As operações de crédito serão autorizadas por lei específica. Art. 35. A lei orçamentária anual conterá autorização para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, obedecidas as determinações estabelecidas em resolução do Senado Federal. Art. 36. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal. Art. 37. A Procuradoria-Geral do Município, encaminhará à Secretaria de Finanças, até o dia 15 de julho de 2023, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais inscritos até o dia 1º de julho de 2023, a serem incluídos no Orçamento de 2024. Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 deverá observar os limites mínimos de gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com a Remuneração dos Profissionais da Educação Básica e com Ações e Serviços Públicos de Saúde, estabelecidos nas legislações específicas. CAPÍTULO IX TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS Seção I Do Repasse de Recursos para o Setor Privado Art. 39. As transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos devem obedecer às disposições pertinentes contidas no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, sendo: I – Subvenções Sociais: as destinadas a despesas correntes de instituições privadas sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência social, médica, educacional e cultural, de natureza continuada, regidas pelo que estabelecem os arts. 16 e 17, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; II – Contribuições: as destinadas a despesas correntes das demais instituições privadas sem fins lucrativos, que não as enquadradas no inciso I deste artigo, firmadas em parceria com a administração pública municipal para o desenvolvimento de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual; III – Auxílios: as destinadas a despesas de capital de instituições privadas sem fins lucrativos, compreendendo tanto as entidades referidas no inciso I, quanto às mencionadas no inciso II, deste artigo. Art. 40. Somente será autorizada a inclusão, tanto na lei orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, se observadas as seguintes condições: I – sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo, meio ambiente, de fomento à produção e à geração de emprego e renda; II – encaminhamento pela entidade de requerimento para pedido de recursos acompanhado de Plano de Aplicação; III – a entidade deve estar com seu cadastro atualizado no Município; § 1º. Ocorrendo o deferimento do pleito por parte do Poder Executivo, este providenciará o encaminhamento de Projeto de Lei ao Poder Legislativo, nos termos previstos no art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000. § 2º. As entidades privadas



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos. § 3º. Os repasses de recursos de que trata este artigo serão efetivados mediante convênios, conforme determina o artigo 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. § 4º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente. Art. 41. O Poder Executivo Municipal poderá atender as necessidades de pessoas físicas através de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, cultura, esporte, turismo, educação e outras áreas de atuação, desde que tais programas estejam devidamente regulamentados. Art. 42. Desde que comprovado o interesse público, poderão ser concedidas premiações a pessoas físicas que participem de concursos, gincanas, atividades esportivas e culturais e outras festividades incentivadas e/ou promovidas pelo Poder Público Municipal. Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, diretamente, despesas de custeio para a manutenção dos caixas escolares da rede pública municipal de ensino. Art. 44. Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal. Seção II Da Transferência de Recursos para Consórcios Art. 45. A Lei Orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos em que o Município figure como ente consorciado, em conformidade com o respectivo contrato de rateio, observadas as disposições da Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005. Seção III Das Parcerias Público-Privadas Art. 46. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contratos de parcerias público-privadas, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para a execução de projetos prioritários definidos pelo Governo. CAPÍTULO X EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS Art. 47. Fica facultado ao Município elaborar o orçamento inerente as despesas de capital nas seguintes ações: I – Projetos relacionados a bens de uso comum do povo; II – Projetos relacionados a bens de uso especial; III – Projetos relacionados aos bens dominicais; IV – Projetos relacionados aos bens móveis. §1º. As definições dos bens dos incisos I, II e III do “caput” são aquelas dispostas no art. 99 do Código Civil Brasileiro. §2º. Estão incluídas nos incisos I, II e III do “caput” as despesas, mas não se limitando a estas: aquisição e/ou desapropriação de imóveis, construção, reforma, ampliação, perfuração, restauração, recuperação, pavimentação, urbanização, pintura, implantação. §3º. Estão incluídas no inciso IV do “caput” as despesas, mas não se limitando a estas: aquisição de mobiliários, equipamentos, peças, máquinas, instrumentos, embarcações, computadores, ferramentas, veículos e outros materiais permanentes. Art. 48. A Lei Orçamentária para o exercício de 2024 conterà previsão de contrapartida de transferências voluntárias, em conformidade com o percentual proposto em projetos de captação de recursos encaminhados a órgãos e entidades da União, Estados e entidades não governamentais. §1º. Poderão ser incluídas, por Decreto, novas ações ou novos elementos de despesas em ações já consignadas no orçamento, desde que sejam para cadastrar, solicitar, assinar ou executar convênios, ou ainda, para adequar o orçamento aos programas cujos recursos sejam provenientes dos Governos Federal e/ou Estadual, bem como, suas contrapartidas. §2º. Firmado instrumento de transferência voluntária, fica autorizada a suplementação das dotações necessárias à sua execução, tendo como limite o valor do repasse



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

financeiro pactuado e da contrapartida, não devendo este valor ser considerado no limite para abertura de créditos adicionais que será autorizado na Lei Orçamentária de 2024. §3º. Os decretos adicionais suplementares realizados nos termos do §1º não contarão para o limite de suplementação definido na Lei Orçamentária Anual de 2024. Art. 49. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio, acordo, ajuste ou congênere, com a União, Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Fundação ou Autarquia Pública com vistas, mas não se limitando: I – ao funcionamento dos serviços de segurança pública e judiciais; II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município; III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos; IV – ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público, sem ônus para o Município, ou com contrapartida; V – a cessão de mão de obra. Art. 50. Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal. Art. 51. A relação dos convênios a serem executados no exercício financeiro de 2024 estará disposta no Anexo de Metas e Prioridades. **CAPÍTULO XI TRANSPARÊNCIA PÚBLICA** Art. 52. Os Poderes Executivo e Legislativo devem dar ampla divulgação, inclusive em sítios da Internet, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas às Leis das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual, do Orçamento Anual e das Contas Anuais do Governo Municipal. Art. 53. O Projeto de Lei Orçamentária não deverá ser aprovado sem que tenha sido realizada audiência pública, garantindo a participação do cidadão no debate da definição das prioridades municipais, e cumprindo o que estabelece o Parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 44, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Art. 54. Os Poderes Executivo e Legislativo devem garantir aos cidadãos os procedimentos necessários para o acesso à informação, conforme determinado pela Lei nº 15.527, de 18 de novembro de 2011. **CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS** Art. 55. Cabe ao órgão central de planejamento do Poder Executivo a responsabilidade pela coordenação da elaboração da proposta orçamentária de que trata esta lei. Art. 56. O Projeto de Lei Orçamentária deve ter as receitas e as despesas orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2023, podendo ser atualizadas, por ato próprio do chefe do poder executivo, pela variação dos índices oficiais da inflação (Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao período de agosto a dezembro de 2023. Parágrafo único. As previsões de receita no Projeto de Lei Orçamentária observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante. Art. 57. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 2023, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa anual. § 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo. § 2º. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for sancionado até 31 de dezembro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar o projeto de lei orçamentária de 2024, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual, na proporção de 1/12



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

(um doze avos). Art. 58. Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades administrativas essenciais. Art. 59. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas serão apresentadas na forma das disposições constitucionais e conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, serão acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem, e, somente poderão ser aprovadas caso: I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre: a) dotação para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) dotações destinadas à Educação, Saúde e Assistência Social; d) recursos vinculados a transferências voluntárias dos Governos Estadual e Federal; III – sejam relacionadas com: a) a correção de erros ou omissões; b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei. Art. 60. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta. Art. 61. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos: I – Anexo de Metas Fiscais; II – Anexo de Riscos Fiscais. Art. 62. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contratos de parcelamentos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal, concessionárias e permissionárias de serviços públicos. Art. 63. Fica autorizado o pagamento de diárias, passagens, hospedagem e alimentação aos Conselheiros Municipais e servidores contratados, nas mesmas condições de direito dos servidores efetivos. Art. 64. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000: I – considera-se contraída a obrigação no momento da liquidação da despesa; II – devem ser excluídas na apuração do disposto no “caput” as despesas decorrentes de convênios, programas cujos recursos sejam provenientes dos Governos Federal e/ou Estadual, e ainda aquelas que se realizarem independentemente da vontade do gestor, como gastos com pessoal, encargos sociais, energia elétrica, entre outras. Art. 65. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário. LUIZ MARIO PEREIRA DE SANTANA Prefeito Municipal. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente passou para a **ORDEM DO DIA: INDICAÇÃO Nº 09/2023, de 17 de abril de 2023. Discussão: Com a palavra o Vereador Gilson-** Boa noite todos presentes, essa Indicação é para que seja feito o calçamento do povoado Sucupira fazendo uma drenagem e calçamento, pois tem muita gente que faz caminhada naquele trecho pesando no bem estar dessas pessoas peço aos colegas vereadores. **Votação:** Após a votação o Presidente declarou aprovado por 07 (sete) votos a favor dos Vereadores: Gilson Anastácio dos Santos, Reginaldo Santos Sá, Antônio dos Reis Lima Neto, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Hermerson Santos de Jesus, Evandro da Silva Santos. **INDICAÇÃO Nº 010/2023, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR. Discussão: Com a palavra o Vereador José Augusto:** Boa Noite, essa Indicação já tem mais de ano que pedi essa indicação à respeito de um semáforo na esquina de Borrachinha, pois acontece vários acidentes naquela esquina, peço que seja atendido com urgência. **Votação:** Após a votação o



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

Presidente declarou aprovado por 07 (sete) votos a favor dos Vereadores: Gilson Anastácio dos Santos, Reginaldo Santos Sá, Antônio dos Reis Lima Neto, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Hermerson Santos de Jesus, Evandro da Silva Santos. **INDICAÇÃO Nº 010/2023, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR. Discussão: Com a palavra o Vereador José Augusto:** Boa Noite, essa Indicação já tem mais de ano que pedi essa indicação à respeito de um semáforo na esquina de Borrachinha, pois acontece vários acidentes naquela esquina, peço que seja atendido com urgência. **Votação:** Após a votação o Presidente declarou aprovado por 07 (sete) votos a favor dos Vereadores: Gilson Anastácio dos Santos, Reginaldo Santos Sá, Antônio dos Reis Lima Neto, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Hermerson Santos de Jesus, Evandro da Silva Santos. **INDICAÇÃO Nº 011/2023, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR. Discussão: Com a palavra o Vereador José -** Essa é mais uma indicação que fiz ano passando, eu ando muito no povoado barreiros e vejo a escassez na falta de água, aquele poço artesiano ajuda bastante a comunidade foi umas das minhas primeiras indicações. **Com a palavra o Vereador Reginaldo-** Boa noite, eu quero chamar atenção de Fabrício porque está saindo da programação sobre as estradas, mais que bom que estão fazendo com agilidade, o mais importante que está sendo feito para melhoria da população. **Votação:** Após a votação o Presidente declarou aprovado por 08 (oito) votos a favor dos Vereadores: Gilson Anastácio dos Santos, Reginaldo Santos Sá, Antônio dos Reis Lima Neto, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Hermerson Santos de Jesus, Evandro da Silva Santos, Fabrício Moreira Menezes. **MOÇÃO DE APLAUSOS, de 17 de abril de 2023, de autoria do Vereador: José Augusto da Silva Júnior. Discussão: Com a palavra o Vereador José Augusto -** Eu quero parabenizar a todos os atletas e ao professor Claudemir por esse brilhante trabalho, eles têm representado nossa cidade em outros estados, nosso instrutor Dorense recebeu três cinturões brasileiros levando o nome da nossa cidade do nosso estado ao mais alto lugar do pódio. **Votação:** Após a votação o Presidente declarou aprovado por 08 (oito) votos a favor dos Vereadores: Gilson Anastácio dos Santos, Reginaldo Santos Sá, Antônio dos Reis Lima Neto, José Augusto da Silva Júnior, Gerino Oliveira Santos, Hermerson Santos de Jesus, Evandro da Silva Santos, Fabrício Moreira Menezes. Não havendo mais matéria a tratar o Sr. Presidente passou para o **GRANDE EXPEDIENTE:** Não havendo oradores concedeu a palavra em **EXPLICAÇÃO PESSOAL: Com a palavra o Vereador José Augusto -** Eu gostaria de frisar sobre os atletas que foram para São Paulo, e a gestão foi muito feliz em chamar o professor Claudemir para ser orientador social ele é um líder e passa respeito ensinando também os jovens a lidar com várias situações, o que está faltando em incentivo do comércio e da gestão para poder ajudar esses atletas, mais o prefeito já se prontificou para ajudar esses atletas em suas viagens pois precisam quando vão participar de campeonatos. **Com a palavra o Vereador Fabrício-** Na qualidade de Líder de Governo quero falar que as obras que pudemos acompanhar hoje, deixando claro que as máquinas fizeram trabalho bacana no povoado barreiros, no conjunto morada do sol já está sendo feito também o calcamento, a prefeitura está trabalhando nas estradas que liga povoado cruzeiros, tivemos avanço na questão da saúde também. **Com a palavra o Vereador Reginaldo-** Eu quero falar sobre a iluminação pública da nossa cidade, no povoado Massaranduba também realmente está havendo a



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

necessidade de fazer esses reparos. **Com a palavra o Vereador Antônio-** Eu só quero passar uma informação aqui, todos os serviços que eram prestados na clínica 24 horas são prestados na Upa, sendo a Upa com mais instrutura com mais espaço a questão de gastos já havia gastando do mesmo jeito da na clínica 24 horas na gestão passada. **Com a palavra o Vereador Fábio-** Eu quero falar um pouco sobre minha discursão com Fabricio na questão dos peixes que foram entregues na semana santa, eu fui pesquisar sobre a compra dos peixes e foi lamentável o que ele está fazendo com a população, o peixe que ele comprou foi mais caro que na feira, foi muito estranho ele dizer que entregou 17 toneladas em apenas um horário que foi na manhã, enquanto da outra gestão era um trabalho enorme fazer essas entregas, digo que o segredo estão nas fichas que foram entregues. Não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a presente Sessão, convidando os Senhores Vereadores a se reunirem no dia 02 de maio de 2023 às 19h. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores – SE, 18 de abril de 2023, para constar eu Emily Lorelaine Teixeira dos Santos – Retora de Ata, digitei a presente Ata que vai devidamente assinada pelos Senhores Vereadores.

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Primeiro Secretário:** Numenor Santos de Jesus

**Segundo Secretário:** Wilson A. Santos

**Terceiro Secretário:** Evandro dos Santos

**Demais Vereadores:** Reginaldo Santos

João Santos

Guilherme Santos

\_\_\_\_\_